



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de junho de 2018



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

CONTEÚDO

[1 - Balanço patrimonial](#)

[2 - Demonstração do resultado](#)

[3 - Demonstração do resultado abrangente](#)

[4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido](#)

[5 - Demonstração do fluxo de caixa](#)

[Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias](#)

[Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de informações trimestrais - ITR](#)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	30.06.2018	31.12.2017		Nota	30.06.2018	31.12.2017
ATIVO				PASSIVO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.892	5.612	Fornecedores	16	12.077	9.848
Clientes	5	24.246	22.404	Férias e encargos a pagar	17	20.520	17.133
Impostos a recuperar / compensar	6	36	-	Contribuições sociais a recolher	18	3.199	1.414
Estoques	7	981	860	Obrigações fiscais a recolher	19	16.755	9.882
Outros valores	8	998	868	Encargos a pagar	20	702	353
Despesas antecipadas	9	11.921	1.092	Contas a pagar	21	14.681	11.879
Total do ativo circulante		43.074	30.836	Total do passivo circulante		67.934	50.509
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Adiantamento p/ futuro aumento de capital		1.321	1.286
Depósitos judiciais	10	29.758	27.815	Obrigações fiscais a recolher	19	15.205	18.272
Causas judiciais trabalhistas	11	12.137	11.884	Provisão para contingências	22	27.487	27.296
Outros valores	12	2.051	2.051	Total do passivo não circulante		44.013	46.854
Total do realizável a longo prazo		43.946	41.750	Patrimônio líquido			
Investimentos	13	251	251	Capital social	23	137.041	137.041
Imobilizado	14	206.891	209.992	Reserva legal		3.513	3.513
Intangível	15	681	801	Reserva estatutária		11.312	11.312
Total do ativo não circulante		251.769	252.794	Reserva de retenção de lucros	23.1	17.012	17.015
				Reserva de reavaliação	23.2	17.099	17.384
				Reserva especial	23.3	2.755	-
				Prejuízos acumulados	23.4	(5.836)	-
				Total do patrimônio líquido		182.896	186.266
TOTAL DO ATIVO		294.843	283.629	TOTAL DO PASSIVO		294.843	283.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**
 (Em milhares de reais)

	Nota	30.06.2018	30.06.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>24.1</u>	44.903	48.039
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	<u>24.2</u>	(22.760)	(25.702)
LUCRO BRUTO		22.143	22.337
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas		(1)	(9)
Gerais e administrativas	<u>24.3</u>	(28.089)	(33.681)
Honorários da administração		(527)	(502)
Outras despesas operacionais		(59)	-
Outras receitas operacionais	<u>24.4</u>	175	529
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(6.358)	(11.326)
Despesas financeiras	<u>24.5</u>	(826)	(1.723)
Receitas financeiras	<u>24.6</u>	1.067	2.138
RESULTADO FINANCEIRO		241	415
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(6.117)	(10.911)
Contribuição social	<u>30</u>	-	-
Imposto de renda	<u>30</u>	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(6.117)	(10.911)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		(0,18)	(0,32)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017		
	30.06.2018	30.06.2017
(Em milhares de reais)		
Resultado líquido do período	(6.117)	(10.911)
(+) Realização da reserva de reavaliação	285	285
(-) Ajustes de exercícios anteriores	(4)	-
Resultado líquido abrangente	(5.836)	(10.626)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.		

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**
 (Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva Especial	Reserva Estatutária	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>137.041</u>	<u>17.384</u>	<u>3.513</u>	<u>17.015</u>		<u>11.312</u>		<u>186.266</u>
Realização da reserva de reavaliação		(285)					285	
Ajustes de exercícios anteriores							(4)	(4)
Resultado líquido do período							(6.117)	(6.117)
Transf. dividendos a pagar – Ex. 2015					2.697			2.697
Atualização da reserva especial					58			58
Utilização da reserva de retenção de lucros para resgate das ações privadas - Lei nº 13.303/2016				(3)				(3)
EM 30 DE JUNHO DE 2018	<u>137.041</u>	<u>17.099</u>	<u>3.513</u>	<u>17.012</u>	<u>2.755</u>	<u>11.312</u>	<u>(5.836)</u>	<u>182.896</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais)	30.06.2018	30.06.2017
Atividades operacionais		
Resultado líquido ajustado		
Resultado líquido do período	(6.117)	(10.911)
Depreciação e amortização	3.265	3.244
Resultado líquido de alienação de imobilizado	69	530
Provisão para contingências	191	2.584
Variação monetária líquida	720	1.587
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber - processos trabalhistas	(1.944)	(947)
Contas a receber - alienação de imóveis	-	212
Contas a receber - clientes	(1.842)	(3.228)
Estoques	(121)	22
Impostos a recuperar	(36)	11
Despesas antecipadas	(10.829)	(8.503)
Outros créditos	(382)	1.817
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	5.556	71
Fornecedores	2.228	1.198
Impostos, encargos e contribuições a recolher	2.018	(590)
Obrigações fiscais a recolher	3.201	3.928
Contas a pagar	(2)	9.876
Ajustes de exercícios anteriores	(4)	-
Férias e encargos a pagar	3.388	3.425
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(641)	4.330
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	(114)	(1.196)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(114)	(1.196)
Atividades de financiamentos		
Variação monetária s/ reserva para aumento de capital	35	67
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	35	67
 Diminuição do saldo de disponibilidades	 (720)	 3.201
 Caixa e equivalentes de caixa no início do período	 5.612	 10.192
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.892	13.393
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(720)	3.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)**

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede localizada na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. É vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu estatuto.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos agropecuários, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para outras atividades correlatas ou afins.

Executa, ainda, serviços complementares de promoção de novos estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, manter serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 128 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 22 de agosto de 2018.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas contábeis compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados. Os dados quantitativos, tais como volumes não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com as normas internacionais IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitidas pelo IASB, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais – ITR.

Essas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2017 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou interpretação emitida que ainda não esteja em vigor. Não houve efeitos ou alterações pela adoção das normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2018	31.12.2017
Caixa	40	35
Bancos Conta Movimento	4.852	5.571
Numerários em Trânsito	-	6
	4.892	5.612

4.1 – Caixa – Refere-se ao fundo fixo, recurso disponibilizado através de cartão de débito, utilizado para pagamento de pequenas despesas pela Matriz e Unidades da rede armazenadora e da entrepostagem.

4.2 – Bancos Conta Movimento – Representa as contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

5. CLIENTES

	30.06.2018	31.12.2017
Contas a Receber – Armazenagem	3.165	2.561
Contas a Receber – Entrepostagem	21.852	20.155
Valores em Cobrança	420	633
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.191)	(945)
	24.246	22.404

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor histórico, deduzidos da perda estimada de crédito de liquidação duvidosa.

5.1 – Contas a Receber – Armazenagem – Créditos de clientes da rede armazenadora, composta por 35 Unidades, sendo 18 ativas, 9 locadas, 3 inativas e 5 cedidas.

5.2 – Contas a Receber – Entrepostagem – São registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital, 4 Unidades frigoríficas e a fábrica de gelo.

5.3 – Valores em Cobrança – São débitos vencidos de permissionários/autorizados/concessionários que tiveram suas permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora. O saldo desta conta é composto por valores transferidos de contas a receber da armazenagem e da entrepostagem.

5.4 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – A Companhia adota como política a provisão para perdas das parcelas com vencimentos superiores a 180 dias. Na rede de entrepostos é considerado o total dos valores vencidos. Na rede armazenadora é considerado o montante do valor complementar, nos casos em que a mercadoria estocada é insuficiente para garantir o débito.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	30.06.2018
Saldo em 31.12.2017	(945)
(+) Provisões constituídas no período	(253)
(-) Reversões ocorridas no período	7
Saldo final em 30.06.2018	(1.191)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR/COMPENSAR

IR a Compensar Lei nº 10.833/03
CSLL a Compensar Lei nº 10.833/03

30.06.2018	31.12.2017
30	-
6	-
36	-

6.1 – IR e CSLL a Compensar - Correspondem às retenções obrigatórias realizadas pelo cliente Banco do Brasil, em atendimento à Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

7. ESTOQUES

Estoques de Vendas
Almoxarifado

30.06.2018	31.12.2017
8	7
973	853
981	860

Os estoques da Companhia são avaliados pelo custo médio de aquisição.

7.1 – Estoques de Vendas – Valor refere-se a material de embalagem e resíduos e varreduras de produtos armazenados.

8. OUTROS VALORES

Cauções para Garantias Diversas
Correntistas Devedores
Outros Créditos
Adiantamentos a Funcionários

30.06.2018	31.12.2017
17	17
52	52
37	446
892	353
998	868

8.1 – Cauções para Garantias Diversas – Valor a recuperar referente garantia contratual com a Prefeitura de São Paulo.

8.2 – Correntistas Devedores – Refere-se à compensação de títulos a receber de clientes, relacionados a benfeitorias consideradas úteis e necessárias às Unidades armazenadoras da Ceagesp.

8.3 – Outros Créditos – Estão registrados valores a recuperar de funcionários e insuficiência salarial.

8.4 – Adiantamentos a Funcionários – São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio de viagens. O aumento em relação a 31 de dezembro de 2017 está relacionado ao adiantamento de 13º salário.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

Prêmios de Seguros a Vencer
Gastos Gerais Antecipados

30.06.2018	31.12.2017
1.060	1.088
10.861	4
11.921	1.092

9.1 – Prêmios de Seguros a Vencer – São registrados seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil, conforme observado na nota explicativa nº [28](#).

9.2 - Gastos Gerais Antecipados - O aumento está relacionado à apropriação das parcelas a vencer do Imposto Predial, Territorial e Urbano - IPTU.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - LONGO PRAZO	30.06.2018	31.12.2017
Causas Diversas - Cíveis	473	475
Causas Trabalhistas - Ceagesp	1.766	1.629
Causas Trabalhistas - Terceiros	3.805	3.569
Causas Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo	23.714	22.141
	29.758	27.815

10.1 – Causas Diversas – Cíveis – São registrados valores pagos e classificados como recuperáveis pelo Departamento Jurídico.

10.2 – Causas Trabalhistas – Ceagesp – Estão contabilizados valores desembolsados e considerados recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da Ceagesp. Permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado.

10.3 – Causas Trabalhistas – Terceiros – Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas de serviços terceirizados.

10.4 – Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo – São valores referentes às ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários da Ceagesp. O Governo do Estado de São Paulo realizará o reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da Ceagesp, conforme estabelecido no artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”). No decorrer do exercício de 2018 não ocorreu ressarcimento por parte do Governo do Estado de São Paulo.

11. CAUSAS JUDICIAIS TRABALHISTAS – LONGO PRAZO	30.06.2018	31.12.2017
Ctas Rec. Governo Est. S. Paulo - Processos em Andamento	7.199	6.946
Ctas Rec. Governo Est. São Paulo - Processos Encerrados	4.938	4.938
	12.137	11.884

11.1 – Contas a Receber Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento – Contempla valores provisionados e classificados como prováveis de recebimento de acordo com parecer do Departamento Jurídico. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo, “Provisão para Contingências Trabalhistas - Governo do Estado de São Paulo” demonstrada na nota explicativa nº [22](#).

11.2 – Contas a Receber Governo do Estado de São Paulo – Processos Encerrados –
Registra os valores pagos ao Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº [10.4](#).

	30.06.2018	31.12.2017
12. OUTROS VALORES - LONGO PRAZO		
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.051	2.051
Valores em Cobrança	36.939	33.526
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(36.939)	(33.526)
	2.051	2.051

12.1 – Realizáveis por Venda de Imóveis – Estão registrados os valores a receber das Prefeituras Municipais. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para sua liquidação. Não há Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, pois o bem é garantia real para a Companhia.

12.2 – Valores em Cobrança – Nesta conta são registrados os valores em cobrança judicial.

12.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – A constituição das provisões foi comentada na nota explicativa nº [5](#).

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – LONGO PRAZO	30.06.2018
Saldo em 31.12.2017	(33.526)
(+) Provisões constituídas no período	(3.959)
(-) Reversões ocorridas no período	546
Saldo final em 30.06.2018	(36.939)

13. INVESTIMENTOS	30.06.2018	31.12.2017
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação Decorrente Incentivos Fiscais	9	9
	251	251

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp, entre outras, registradas em seu Balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

14. IMOBILIZADO

	30.06.2018		31.12.2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	72.193	-	72.193	72.193
Edificações	293.150	(192.695)	100.455	102.888
Equipamentos e Instalações	24.361	(20.986)	3.375	3.669
Equipamentos de Informática	3.606	(3.111)	495	610
Veículos	764	(760)	4	4
Móveis e Utensílios	2.005	(1.486)	519	486
Bens Cedidos em Comodato	1.482	-	1.482	1.482
Benfeitorias em Bens de Terceiros	2.634	(2.176)	458	483
Obras Elétricas	15.193	(9.531)	5.662	5.890
Obras Hidráulicas	4.323	(3.857)	466	505
Obras em Andamento	21.782	-	21.782	21.782
	441.493	(234.602)	206.891	209.992

A Companhia possui Unidades em municípios do Estado de São Paulo assim identificadas:

- 34 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepostagem na Capital.
- 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepostagem no Interior (Ceasas).
- 05 Terrenos.

Parte das Unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal. Encontra-se em andamento o processo de regularização das pendências dos terrenos doados por órgãos públicos.

Em 1996, a Companhia reavaliou os ativos instalados em Unidades operacionais.

A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil estimada dos bens, tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO IMOBILIZADO

	30.06.2018
Saldo em 31.12.2017	209.992
(+) Aquisições ocorridas no período	108
(-) Baixas de bens	(9.750)
(-) Depreciações no período	(3.145)
(+) Baixas de depreciações no período	9.686
Saldo final em 30.06.2018	206.891

15. INTANGÍVEL

	30.06.2018		31.12.2017
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Direitos de Propriedades	4.644	(3.963)	681
Marcas e Patentes	37	(37)	-
	4.681	(4.000)	681

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	30.06.2018
Saldo em 31.12.2017	801
(-) Amortizações no período	(120)
Saldo final em 30.06.2018	681

16. FORNECEDORES

30.06.2018	31.12.2017
12.077	9.848

O saldo da conta aumentou R\$ 2,229 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, decorrente de negociação do prazo dos pagamentos com os fornecedores, em virtude de falta de recursos financeiros.

17. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	30.06.2018	31.12.2017
Férias e Encargos	5.302	5.164
13º Salários a Pagar	2.504	-
Contribuição Social	12.714	11.969
	20.520	17.133

Com base na folha de pagamento da Companhia constituíram-se as obrigações trabalhistas referentes a direitos trabalhistas relevantes.

18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	30.06.2018	31.12.2017
INSS - Empresa - Empregados	1.578	338
INSS - Autônomos e Sindicatos	1	11
FGTS - Empresa	360	460
FGTS - Autônomos e Sindicatos	-	10
Pasep a Recolher	139	106
Contribuições Sindicais e Assistenciais	1	1
Cofins a Recolher	642	488
INSS – Lei 9.711/98 e OS 203/99	478	-
	3.199	1.414

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER	30.06.2018		31.12.2017	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Imposto de Renda - Fonte – Empregados	611	-	916	-
Imposto de Renda - Fonte – Terceiros	2	-	-	-
ISS de Terceiros	158	-	44	-
ISS – Companhia	29	-	49	-
Impostos Retidos – Lei nº 10.833/03	1.242	-	1.650	-
Impostos e Taxas Municipais	7.571	-	65	-
Programa Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI	5.908	8.727	5.729	11.297
Prog. Recup. Fiscal/Pasep-Cofins - Refis	1.234	6.478	1.314	6.975
Provisão para Imposto de Renda	-	-	49	-
Provisão para Contribuição Social	-	-	66	-
	16.755	15.205	9.882	18.272

Correspondem às retenções tributárias realizadas na fonte de terceiros e outras obrigações.

19.1 - Impostos e Taxas Municipais - O aumento corresponde ao saldo a pagar do parcelamento do IPTU e taxas.

19.2 - Programa Parcelamento Incentivado/PMSP - PPI - Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura de São Paulo, anteriores ao exercício de 2009 e atualizados até a data destas demonstrações intermediárias. O débito total é da ordem de R\$ 14,635 milhões, encontram-se contabilizados R\$ 5,908 milhões no passivo circulante e R\$ 8,727 milhões em não circulante.

19.3 - Programa de Recuperação Fiscal/Pasep-Cofins – Refis – Equivale a débitos de Pasep e Cofins devidos à Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN anteriores ao exercício de 2008. O débito total é da ordem de R\$ 7,712 milhões dos quais R\$ 1,234 milhão encontra-se registrado no passivo circulante e R\$ 6,478 milhões em não circulante.

20. ENCARGOS A PAGAR	30.06.2018	31.12.2017
Ordenados a Pagar	16	117
Processos Judiciais e Trabalhistas	686	236
	702	353

20.1 – Processos Judiciais e Trabalhistas – Correspondem a parcelamentos e acordos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas nas quais a Ceagesp possui responsabilidade subsidiária.

21. CONTAS A PAGAR

	30.06.2018	31.12.2017
Contas a Pagar Diversos	2.416	2.496
Cauções e Retenções	170	175
Dividendos a Pagar	-	2.670
Correntistas Credores	12.095	6.538
	14.681	11.879

21.1 – Contas a Pagar Diversos – Estão registrados valores de glosas de processos trabalhistas, convênio com órgão público e com instituições financeiras referentes a empréstimos consignados.

21.2 – Cauções e Retenções – Corresponde a garantias contratuais de fornecedores.

21.3 – Dividendos a Pagar – Conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2018, o saldo de dividendos obrigatórios do exercício de 2015 foi transferido para a conta de Reserva Especial. O montante transferido foi de R\$ 2,697 milhões e continua sendo corrigido pela taxa Selic mensalmente, conforme determina o § 4º do artigo 1º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. A transferência foi deliberada nas seguintes condições: a) a Reserva Especial não poderá ser absorvida por prejuízos de exercícios subsequentes; b) deverão incidir encargos financeiros equivalentes à taxa Selic e juros moratórios; c) os acionistas minoritários que não compareceram à assembleia farão jus ao recebimento dos dividendos, conforme determina o Decreto nº 2.673.

21.4 – Correntistas Credores – Consistem principalmente em valores recebidos de clientes que moveram ação contra a Companhia e estão efetuando depósitos judicialmente. No mês de junho ocorreu levantamento de alvará no valor de R\$ 5,276 milhões.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	30.06.2018	31.12.2017
Provisão para Riscos Cíveis	9.107	9.133
Provisão para Contingências Trabalhistas - Ceagesp	8.057	7.760
Provisão para Contingências Trabalhistas - Terceiros	2.869	3.203
Provisão Contingências Trabalhistas - Governo Estado SP	7.199	6.945
Provisão para Riscos Fiscais	255	255
	27.487	27.296

As provisões são constituídas com base em parecer do Departamento Jurídico face as perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis e trabalhistas relevantes.

DEMONSTRAÇÃO DA PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

	30.06.2018
Saldo em 31.12.2017	27.296
(+) Provisão no período	191
Saldo final em 30.06.2018	27.487

A Companhia, frente a estas provisões contingenciais, possui registrado no grupo de “Causas Judiciais Trabalhistas” (nota explicativa nº 11), o valor de R\$ 7,199 milhões que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, corrida de faixa, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R\$ 35,164 milhões classificado como risco possível de perdas em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários conforme parecer do Departamento Jurídico.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

			30.06.2018	31.12.2017
	Número de ações ordinárias	%	Capital	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.607	136.576
Pessoas Jurídicas	108.880	0,32	434	465
	34.403.023	100,00	137.041	137.041

Capital Social

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 30 de junho de 2018.

Composição acionária

A composição acionária apresentada refere-se a 30 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2017, 50 ações ordinárias eram de titularidade de acionistas pessoas físicas que totalizavam menos do que R\$ 1 mil.

No dia 17 de maio de 2018 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou sobre o resgate das ações de titularidade de acionistas privados, previsto nos artigos nº 91 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e nº 68 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como alteração do Estatuto Social.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração autorizou, por maioria, pela conformidade de resgate das ações de acionistas privados.

Em reunião realizada em 28 de maio de 2018, o Conselho Fiscal opinou por maioria pelo resgate das ações.

As ações foram calculadas com base no valor do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral e o pagamento foi realizado aos sócios em 13 de junho de 2018, utilizando recursos provenientes de reserva de lucros.

Após resgate das ações, a Ceagesp tornou-se empresa pública, com alteração do Estatuto Social aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 29 de junho de 2018.

23.1 - Reserva de Retenção de Lucros – Para o resgate das ações de acionistas privados foram utilizados recursos provenientes de lucros ou reservas de lucros.

23.2 - Reserva de Reavaliação – O saldo da reserva de reavaliação no período é de R\$17,099 milhões. Foram realizados R\$ 285 mil até 30 de junho de 2018 e transferidos para a conta de lucro do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de terrenos, edificações e equipamentos e instalações, localizados em Unidades operacionais ativas. A Companhia decidiu reavaliar os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

23.3 - Reserva Especial – Foi constituída a reserva, conforme nota explicativa nº [21.3](#), no valor de R\$ 2,697 milhões que corrigidos até 30 de junho de 2018 alcançou o montante de R\$2,755 milhões.

23.4 - Prejuízos acumulados – O prejuízo no período foi apurado no valor de R\$ 6,117 milhões. Considerando o saldo da conta de lucro do exercício correspondente à realização da reserva de reavaliação de R\$ 285 mil, conforme nota explicativa nº [23.1](#) e aos ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 4 mil, resultou no prejuízo acumulado de R\$ 5,836 milhões.

24. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O resultado líquido apurado até 30 de junho de 2018 foi um prejuízo de R\$ 6,117 milhões, enquanto que em 30 de junho de 2017 o prejuízo chegou a R\$ 10,911 milhões. A variação entre os períodos foi de R\$ 4,794 milhões e o principal fator que influenciou foi o saldo das provisões e reversões que em 2018 atingiu o montante de R\$ 3,917 milhões e em 2017 de R\$ 11,736 milhões, registrada em despesas “Gerais e Administrativas”, conforme nota explicativa nº [24.3](#).

Outro fator relevante é a receita operacional bruta que em 2018 totalizou R\$ 53,894 milhões e em 2017 R\$ 57,227 milhões, uma redução de R\$ 3,333 milhões. A receita que sofreu maior variação foi da rede armazenadora, no valor de R\$ 3,599 milhões, com redução tanto na prestação de serviços, quanto no estoque de produtos armazenados.

24.1 Receita Operacional Líquida

	30.06.2018	30.06.2017
Serviços Prestados	53.869	57.202
Venda de Produtos	25	25
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	53.894	57.227
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(8.991)	(9.188)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	44.903	48.039

	30.06.2018	30.06.2017
Serviços Prestados na Armazenagem	15.685	19.284
Permissão Remunerada de Uso	28.120	28.920
Autorização de Uso	4.503	3.073
Concessão Remunerada de Uso	929	1.093
Parcelamento MLP Verduras e AMJ	138	136
Reaparelhamento – Obras	652	653
Receitas Diversas	3.842	4.043
Venda de Produtos	25	25
	53.894	57.227

As receitas operacionais são decorrentes da prestação de serviços na rede de armazéns e entrepostos.

24.1.1 – Serviços Prestados na Armazenagem – Compreendem os serviços de armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção e embarque e serviços complementares. Em algumas Unidades armazenadoras há cessão de espaços, gerando receitas de permissão e concessão remunerada de uso. Houve em relação a 2017, redução na prestação dos serviços e no estoque de produtos armazenados. Os principais produtos estocados nas Unidades armazenadoras são: açúcar, algodão, milho, soja, sorgo, trigo e outros.

24.1.2 – Serviços prestados na Entrepостagem – Contempla as receitas de permissão, autorização e concessão remunerada de uso, parcelamento do Mercado Livre do Produtor - MLP verduras e Armazém de Movimentação “J” - AMJ, reaparelhamento/obras e receitas diversas.

24.1.3 – Receitas Diversas – Correspondem às taxas cobradas de ambulantes, carregadores e permissionários no Entrepósito Terminal de São Paulo – ETSP, tais como: emissão de crachá, cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias e multas operacionais.

24.1.4 – Venda de Produtos – Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados.

24.2 Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	30.06.2018	30.06.2017
Pessoal e Honorários	(12.656)	(12.161)
Serviços de Terceiros	(4.002)	(5.784)
Materiais de Consumo	(1.096)	(278)
Manutenção e Reparos	(127)	(156)
Depreciações e Amortizações	(3.052)	(3.148)
Utilidades e Serviços	(1.196)	(1.475)
Gastos Diversos	(623)	(2.694)
Propaganda e Publicidade	(8)	(6)
	(22.760)	(25.702)

24.2.1 – Pessoal e Honorários – O aumento está relacionado ao reajuste de salário-base e benefícios, referente ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017, data-base 1º de junho de 2017. A correção foi realizada com base no INPC-IBGE em 3,36%. Outro motivo foi a progressão dos funcionários contemplados na avaliação de desempenho/2017.

24.2.2 – Serviços de Terceiros – A redução de R\$ 1,782 milhão em relação ao exercício de 2017 corresponde principalmente à variação das contas de portaria e vigilância. O motivo da redução foi o término do contrato da prestação de serviços nas Unidades do interior.

24.2.3 – Materiais de Consumo – A elevação deste grupo está relacionada principalmente à conta de custo com energia elétrica que variou R\$ 1,198 em relação a 2017.

24.2.4 – Manutenção e Reparos – Corresponde às manutenções mecânica, civis, elétricas e outras.

24.2.5 – Utilidades e Serviços – São contabilizados os seguros de mercadorias de terceiros, de bens próprios e riscos diversos, telefone, fretes, anúncios e publicações, correios e malotes, condução, entre outras. A variação corresponde à diminuição no valor dos seguros e ao aumento na conta de recuperação de custos diversos.

24.2.6 – Gastos Diversos – A redução ocorreu na conta de Imposto Predial, Territorial e Rural.

24.3 Despesas Gerais e Administrativas

	30.06.2018	30.06.2017
Pessoal e Encargos	(18.432)	(16.849)
Serviços de Terceiros	(3.598)	(3.103)
Materiais de Consumo	(467)	(249)
Manutenção e Reparos	(28)	(52)
Depreciações e Amortizações	(213)	(95)
Utilidades e Serviços	(371)	(438)
Despesas Gerais	(1.063)	(1.159)
Provisões	(3.917)	(11.736)
	(28.089)	(33.681)

24.3.1 – Pessoal e Encargos – Variação conforme nota explicativa nº [24.2.1](#).

24.3.2 – Serviços de Terceiros – A variação refere-se à contratação de empresa para elaboração do concurso público.

24.3.3 – Provisões – Os valores de R\$ 3,917 milhões e R\$ 11,736 milhões representam o saldo entre provisões e reversões que reduziu R\$ 7,819 milhões. A PCLD aumentou de R\$29,930 milhões em 30 de junho de 2017 para R\$ 38,130 milhões em 2018 e os motivos foram a crescente inadimplência e ação judicial movida por permissionários. A provisão para indenizações trabalhistas de processos judiciais classificados como perda provável pelo Departamento Jurídico variou de R\$ 9,161 milhões em 2017 para R\$ 10,926 milhões no período. A provisão para riscos cíveis foi de R\$ 9,397 milhões em 2017 e em 2018 reduziu para R\$ 9,107 milhões.

24.4 - Outras Receitas Operacionais – O valor em 30 de junho 2017 foi de R\$ 529 mil e de R\$ 175 mil até 30 de junho de 2018. No exercício de 2017 houve contabilização de juros sobre capital próprio decorrentes de participação societária da Ceagesp na Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosesp.

24.5 Custos e Despesas Financeiras

	30.06.2018	30.06.2017
Efeitos Inflacionários	(720)	(1.587)
Juros sobre Outros Encargos	(46)	(68)
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(31)	(9)
Comissões e Despesas Bancárias	(29)	(29)
Imposto sobre Operação Financeira	-	(30)
	(826)	(1.723)

24.5.1 – Efeitos Inflacionários – São registradas as atualizações de acordos de parcelamento de PPI e Refis; e atualização de adiantamento para futuro aumento de capital e de reserva especial. A queda da taxa Selic e do saldo dos parcelamentos resultou na variação desta nomenclatura.

24.6 Receitas Financeiras

	30.06.2018	30.06.2017
Juros Recebidos	901	1.141
Receita s/ Aplicações Financeiras	-	282
Multas	46	296
Rendimentos s/ Depósitos Judiciais	-	144
Descontos Obtidos	120	275
	1.067	2.138

24.6.1 – Juros Recebidos – A receita corresponde aos juros calculados sobre os boletos recebidos em atraso.

24.6.2 – Receita sobre Aplicações Financeiras – As aplicações realizadas em instituições financeiras foram encerradas no mês de outubro de 2017.

24.6.3 – Multas – Receitas provenientes de encargos calculados sobre os boletos recebidos em atraso.

24.6.4 – Rendimentos sobre Depósitos Judiciais – Correspondem aos rendimentos da conta do Juízo Auxiliar em Execução – JAE, encerrada no mês de outubro de 2017.

24.6.5 – Descontos Obtidos – Receita obtida principalmente da antecipação de pagamentos de IPTU.

25. EBITDA

	30.06.2018	30.06.2017
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(6.117)	(10.911)
(-) Receita Financeira	(1.067)	(2.138)
(+) Despesa Financeira	826	1.724
(+) Depreciações e Amortizações	3.265	3.244
	(3.093)	(8.081)

O EBITDA, resultado operacional da Companhia, variou em relação a 2017 e o principal fator que influenciou foi a redução das provisões, conforme nota explicativa nº [24.3.3](#).

26. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Apresentação das remunerações mensais em 30 de junho de 2018, pagas pela Companhia a seus dirigentes e funcionários. Nelas foram computadas todas as vantagens, efetivamente percebidas, respeitando ainda os limites impostos pela legislação pertinente:

	30.06.2018	31.12.2017
Administradores		
▪ Maior Remuneração	32	32
▪ Menor Remuneração	3	3
▪ Média das Remunerações	10	13
Empregados		
▪ Maior Remuneração	28	25
▪ Menor Remuneração	1	1
▪ Média das Remunerações	7	5

27. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO - BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União - BGU, pelo valor dos investimentos da União.

28. SEGURO

Em 11 de maio de 2018, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a riscos nomeados e operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 7 de novembro de 2018.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo compulsório, facultativo e contributivo com vigência até o mês de setembro de 2018.

29. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (Warrant e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	30.06.2018		30.06.2017	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	(6.117)	(6.117)	(10.911)	(10.911)
(+) Adições	263.094	261.845	197.662	196.962
Despesas Indedutíveis - Operacional				
Avaliações do Imobilizado	285	285	285	285
Multas Indedutíveis	17	17	6	6
Licença Maternidade – Prorrogação	53	53	11	11
Contribuição Associação Classe - Indedutível	161	161	53	53
Provisões	261.329	261.329	196.607	196.607
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91, Art.3º).	1.249	-	700	-
(-) Exclusões	(260.126)	(260.126)	(185.219)	(185.219)
(-) Reversão de Provisões	(257.410)	(257.410)	(184.870)	(184.870)
(-) Recuperação de Gastos Indedutíveis	-	-	(2)	(2)
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	(4)	(4)	-	-
(-) Depreciação – Diferença entre contábil e fiscal	(2.712)	(2.712)	(347)	(347)
Base de Cálculo	(3.149)	(4.398)	1.532	832
Compensação da Base Negativa	-	-	(460)	(250)
Base de Cálculo do Período	(3.149)	(4.398)	1.073	582
Imposto	-	-	97	87
Adicional Federal	-	-	-	46
Total	-	-	97	134
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	0,86%	1,19%

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R\$ 409,922 milhões e base negativa de contribuição social de R\$ 338,929 milhões. Esses não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação até o limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

31.1 Instrumentos Financeiros - No período compreendido entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

- a) Caixa e equivalentes de caixa
- b) Contas a receber
- c) Causas judiciais trabalhistas
- d) Fornecedores
- e) Obrigações fiscais a recolher
- f) Risco de liquidez

31.2 Gestão de Riscos - A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: 31.2.1 Contas a receber de clientes; 31.2.2. Causas judiciais trabalhistas e 31.2.3. Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: a) passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); b) ações de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e c) ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da Ceagesp.

31.2.3 Risco de liquidez – Os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento de uma empresa. Demonstram o risco da Companhia não conseguir recursos suficientes para cumprir com as obrigações relacionadas a seus passivos financeiros. A Companhia necessita captar recursos financeiros de terceiros para realização de investimentos necessários à continuidade e ampliação da prestação de serviços de suas Unidades e capital de giro.

31.2.3.1 Índice de liquidez corrente - A comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 0,63 em 30 junho de 2018 e de 0,61 em 31 de dezembro de 2017.

31.2.3.2 Índice de liquidez geral – Considera os direitos e obrigações de curto e longo prazo. Em 30 de junho de 2018 apresentou índice de 0,78, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 foi de 0,75.

31.2.3.3 Índice de liquidez seca – Similar à liquidez corrente, a liquidez seca desconsidera o saldo de estoques da Companhia. O índice calculado em 30 de junho de 2018 foi de 0,62 e em 31 de dezembro de 2017 de 0,59.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

A Companhia considera que a captação de recursos de terceiros pode ser viabilizada através de negociação de empréstimos de curto prazo junto às instituições financeiras ou alienação de imóveis da Companhia.

A Ceagesp constituiu o Comitê de Gestão de Riscos no exercício de 2017 e os resultados concretos estão sendo mensurados durante o exercício de 2018.

COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO - CEAGESP

DIRETORES E CONTADORA

Johnni Hunter Nogueira

Diretor Presidente

Luiz Concilius Gonçalves Ramos

Diretor Técnico e Operacional

Carlos de Orleans Guimarães Sobrinho

Diretor Administrativo e Financeiro

Eliane Mayumi Tane

Contadora CRC1SP 252476/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

À Diretoria e Acionistas da
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo ("Companhia" ou "CEAGESP"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo (SP), 24 de agosto de 2018.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1


Aderbal Afonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP